

Nova lei do gás promete R\$ 60 bi em investimento e 4 milhões de empregos

Congresso pode retomar hoje projeto que abre o mercado e acaba com monopólio da Petrobras

Julio Wiziack, Danielle Brant e Isabella Macedo

BRASÍLIA Com atraso de quatro anos, o Congresso dará agora passos decisivos para a abertura do mercado do gás. As discussões do projeto que definirá as regras do novo marco regulatório poderão ser retomadas nesta quarta-feira (26).

A proposta prevê o fim do monopólio da Petrobras. Há ainda a previsão de criação de 4 milhões de empregos ao longo de cinco anos e investimentos de, ao menos, R\$ 60 bilhões, de acordo com o setor.

O projeto faz parte de um pacote de medidas defendidas pelo governo Jair Bolsonaro para atrair investimentos no pós-pandemia da Covid-19, gerar empregos e modernizar os serviços públicos.

A primeira investida foi o novo marco do saneamento, já aprovado pelo Congresso. Há ainda medidas de atualização das regras do setor elétrico.

A proposta para o gás só deslanchou após um acordo assinado no ano passado por Petrobras e Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). O órgão é o regulador da livre concorrência no país.

A principal exigência do acordo foi a redução da participação da petroleira no mercado de gás por meio da venda de empresas de transporte, inclusive o gasoduto Brasil-Bolívia, e da alienação de participações em distribuidoras estaduais.

O acordo foi a única alternativa para que a Petrobras evitasse ser punida por práticas anticompetitivas. Havia processos em andamento no Cade. Por causa do acerto, eles foram congelados.

Antes do acordo, as indústrias praticamente adquiriam gás somente da Petrobras. A maior parte das empresas ainda tem contratos válidos com a Petrobras até 2021. A lei porá fim à exclusividade.

Assim como no caso do projeto do saneamento, o Congresso quis assumir a liderança na condução de uma medida que, se levada adiante —

derrubada do monopólio—, permitirá a grandes consumidores comprar gás dos fornecedores que oferecerem melhores preços.

O custo do gás, segundo o preço de referência da ANP (Agência Nacional de Petróleo) em julho, é de R\$ 1,67 por metro cúbico —um dos mais elevados da história. O combustível é matéria-prima de segmentos como siderurgia, vidros e fertilizantes e ainda move usinas geradoras de energia.

Segundo a Abrace (Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia), os valores estão entre os mais altos do mundo, o que, na prática, inviabiliza o consumo do combustível. Por isso, usam até o diesel, mais poluente.

Se as novas regras forem aprovadas, estima-se que haverá uma queda de 30%, em média, no preço.

A queda deve ocorrer com o aumento da competição, uma vez que o novo marco porá fim ao regime de concessão —que previa leilões— no segmento e passará a exigir das empresas interessadas na construção de gasodutos apenas autorização da ANP.

Além disso, garantirá o livre acesso de todas as empresas aos gasodutos. Por essa lógica, ganhará mercado quem tiver o melhor preço.

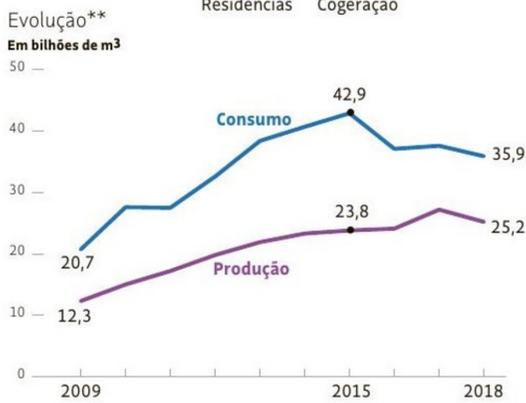
Os investimentos previstos irão assegurar projetos de expansão de infraestrutura de transporte, escoamento e armazenamento do gás. Os empregos resultariam desses aportes no setor.

No Congresso, o avanço do projeto ocorre também após negociações para vencer o principal foco de resistência. Governadores pressionaram bancadas em defesa das distribuidoras, únicas fornecedoras, que, com competidores, poderão perder mercado.

Hoje, a Constituição estabelece que o serviço compete aos estados. Se o texto for aprovado, concessionárias de distribuição em dutos poderão terceirizar serviços para empresas que queiram instalar a infraestrutura.

Mudanças no setor de gás

Novo marco legal prevê abertura e queda do preço do combustível para a indústria



137,7 milhões

de metros cúbicos
Foi a média diária de produção de gás em dezembro de 2019, uma alta de 21% em relação ao mesmo mês do ano anterior

64,6 milhões

de metros cúbicos
Foi o consumo médio diário de gás acumulado até dezembro de 2019, uma alta de quase 1% em relação ao ano anterior

*Estimativa do setor para o consumo consolidado em 2019
**Produção é menor do que consumo, o que leva o Brasil a importar gás

Caberá à ANP regular e fiscalizar o acesso de terceiros a gasodutos. Para técnicos do Ministério de Minas e Energia, isso garantirá aos novos entrantes condições equânimes de competição.

“Essa abertura deve estimular a competição e viabilizar o uso das usinas térmicas a gás”, disse Paulo Pedrosa, ex-secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia e hoje presidente da Abrace.

Segundo Luiz Costamilan,

secretário-executivo de Gás do IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás), a lei aumenta a liberdade do consumidor. “O projeto introduz a competição, permitindo aos grandes consumidores escolher seu fornecedor.”

O projeto, porém, enfrenta resistência da oposição. Uma das principais se refere ao dispositivo que transfere para a ANP a competência para fazer a regulação —ditar normas e fiscalização— do setor.

Donas de gasodutos não querem dinheiro de saúde e educação

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A criação de um fundo bilionário com recursos do pré-sal para a construção de gasodutos no país opõe as empresas nacionais que operam na distribuição de gás canalizado às multinacionais que assumiram a malha de transporte do combustível no país no processo de saída da Petrobras do setor.

As primeiras defendem a necessidade de incentivos para levar as tubulações a regiões com mercados ainda incipientes, enquanto as últimas dizem que há recursos privados disponíveis para projetos com viabilidade econômica.

O fundo foi aprovado pelo Senado, dentro de um projeto de lei que trata do risco hidrológico do setor elétrico, mas há um acordo para veto com o presidente Jair Bolsonaro. Foi incluído no projeto como um “jabuti” com apoio de dois dos maiores grupos nacionais do setor de distribuição, a Cosan e a Termogás, do empresário Carlos Suarez.

A proposta é alvo de muitas críticas no setor de energia e tem oposição também do ministro da Economia, Paulo Guedes. Por outro lado, seus defensores têm grande base de apoio no Congresso. Dono da Cosan, o empresário Rubens Ometto foi o maior doador individual para campanhas políticas nas últimas eleições.

O fundo ficou conhecido como Brasduto e, na prática, transfere para a construção de gasodutos dinheiro carimbado para educação e saúde. A proposta prevê o uso de 20% dos recursos para esse fim, o que representaria algo em torno de R\$ 16 bilhões em dez anos, segundo projeções de técnicos da Câmara, mas podendo chegar perto de R\$ 100 milhões, segundo cálculos do mercado.

Os defensores da ideia argu-

mentam que o dinheiro permitiria desenvolver novos polos consumidores no mercado, hoje concentrado no litoral e na área de influência do gasoduto Bolívia-Brasil, que leva a produção boliviana até a região Sul, passando por Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Controlador de distribuidoras em unidades da Federação onde ainda não há gás, como o Distrito Federal e Rondônia, Suarez diz que já investiu R\$ 600 milhões em quatro projetos de gasodutos, mas não conseguiu viabilizar nenhum pela falta de mercado.

Um deles ligaria São Carlos (SP) a Brasília, projeto que recebeu licença ambiental em 2010, mas não saiu do papel. “Os gasodutos no Brasil foram construídos com garantia da Petrobras, que controlava distribuidoras e se comprometia a comprar o gás, mas isso hoje não acontece mais.”

Para a Cosan, dona da Comgás, o fundo ajudaria a financiar uma rota privada ligando o pré-sal ao litoral de São Paulo. Hoje, as rotas que trazem gás das plataformas são controladas pela Petrobras.

Representante dos operadores dos três grandes gasodutos de transporte em operação no país, a Atgás (Associação das Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasodutos) diz, por outro lado, que o setor é capitalizado e tem condições de investir com recursos próprios.

“As associadas trabalham em projetos que sejam economicamente viáveis e que não sejam dependentes de nenhum tipo de recurso extra”, disse o presidente da Atgás. Segundo ele, o setor já mapeia dez projetos de expansão com investimentos entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões.

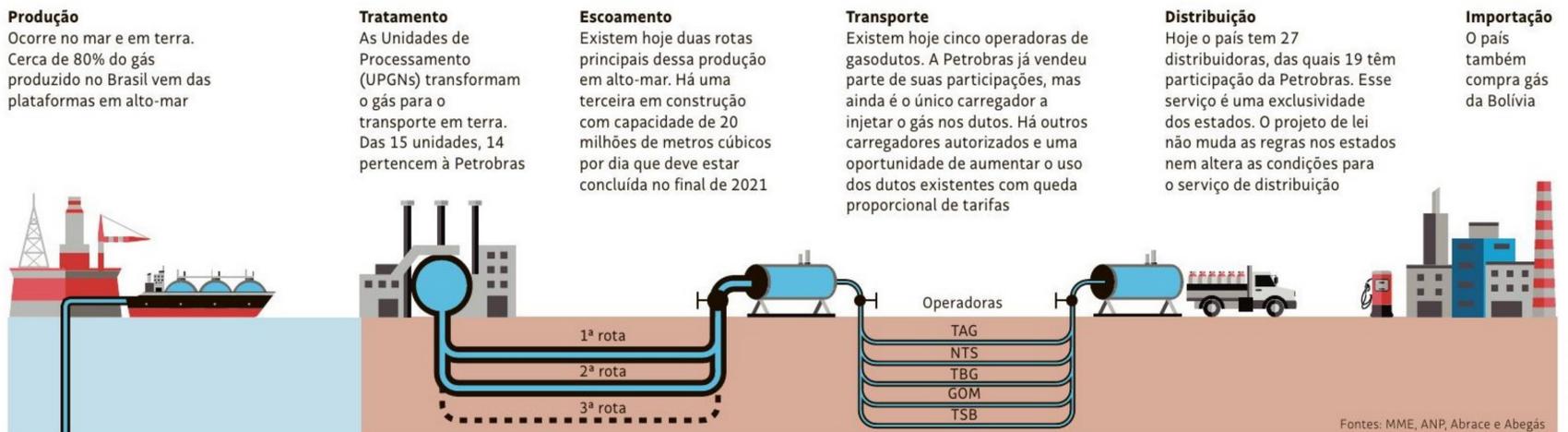
As associadas da Atgás são controladas pela francesa Engie, pela canadense Brookfield e pela Petrobras. As duas primeiras chegaram ao setor após a compra de duas redes de gasodutos da estatal: a TAG (que opera nas regiões Norte e Nordeste) e a NTS (Nova Transportadora do Sudeste).

A terceira associada é a TBG (Transportadora Brasileira do Gasoduto Bolívia-Brasil), ainda controlada pela Petrobras, mas a caminho da privatização, respeitando acordo com o Cade que prevê a desverticalização do setor de gás natural. A direção da petroleira também já se manifestou de forma contrária ao Brasduto.

Procurada, a Cosan não comentou o assunto.

Como funciona o mercado

As etapas de cada elo da cadeia



Projetos criam crédito de R\$ 575 mi para setores naval e aéreo

Gustavo Uribe e Daniel Carvalho

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro enviou nesta terça-feira (25) dois projetos de lei ao Poder Legislativo que solicitam a abertura de crédito especial de R\$ 575 milhões para os setores naval e aéreo.

A primeira medida, publicada no Diário Oficial da União, pede um aporte suplementar de R\$ 500 milhões neste ano para a Infraero

e para as Companhias Docas do Ceará, Espírito Santo, Bahia, Pará e Rio Grande do Norte.

O objetivo, de acordo com a iniciativa, é assegurar o desempenho operacional e a conclusão de projetos prioritários para este ano. A suplementação será custeada com recursos do Tesouro Nacional.

A segunda medida solicita a abertura de crédito de R\$ 75 milhões para a Infraero e pa-

ra a Companhia Docas do Rio Grande do Norte para a conclusão de obras de infraestrutura, como o porto de Macaíó, e reparos para a concessão dos aeroportos de Confin e Galeão.

Nesta terça-feira (25), o presidente também publicou a sanção de projeto de lei que regula o cancelamento de serviços e eventos dos setores de turismo e cultura durante a pandemia de Covid-19.

Pelo texto, as empresas po-

dem não reembolsar consumidores em dinheiro caso seja assegurada a remarcação do evento ou a disponibilização de créditos para compra futura.

Alegando desrespeito a direitos do consumidor, Bolsonaro vetou o trecho que dizia que “o fornecedor fica desobrigado de qualquer forma de ressarcimento se o consumidor não fizer a solicitação no prazo estipulado”.

As empresas terão que fa-

zer reembolso na impossibilidade de oferecer remarcação ou disponibilização de créditos. Nesses casos, há um prazo de 12 meses para a restituição, contados a partir do fim do estado de calamidade.

O presidente também sancionou projeto que trata de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19.

Foram vetados trechos co-

mo os que autorizavam condições de renegociação de operações de crédito rural relativas a débitos de responsabilidade de agricultores familiares, até 30 de dezembro de 2021, sem apresentar a estimativa do respectivo impacto orçamentário e financeiro e o que exigia a apresentação de laudo técnico de vistoria municipal comprobatório da perda de safra para fins de obter o Benefício Garantia-Safra.